

Expansão das instituições de ensino superior: Interiorização e Precariedade das Universidades Brasileiras

Expansion of Higher Education Institutions: Interiorization and Precariousness of Brazilian Universities

Geniana dos Santos Vieira¹

368

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar a precariedade do ensino superior ofertado pelas instituições superiores no Brasil, com ênfase nas instituições particulares. A expansão das instituições de ensino, principalmente particulares no país iniciou a partir de 1990 e tem levantado muitas críticas, uma vez que mesmo com essa expansão, essas instituições não conseguem oferecer um ensino de qualidade e equitativa a toda sociedade. Para tanto, iremos realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica, ou seja, análise de livros, artigos publicados em revistas especializadas em educação e Internet. Tal estudo se justifica pelo fato de que houve um aumento considerável das instituições de ensino superior no Brasil nas duas últimas décadas, mas tem se percebido a precariedade deste ensino discordante do discurso oficial de que tais instituições devem pautar-se pela qualidade e equidade no ensino oferecido à sociedade. Diante deste quadro, chegamos à conclusão de que a preocupação de grande parte das instituições superiores de educação, principalmente aquelas que se expandiram pelo interior do Brasil, centraram-se na quantidade de alunos matriculados e que podem pagar sua mensalidade do que com a qualidade do ensino oferecido, tornando esse ensino precarizado.

Palavras-chave: Ensino Superior. Interiorização. Precariedade. Privatização

Abstract: This article aimed to analyze the precariousness of higher education offered by higher institutions in Brazil, with emphasis on private institutions. The expansion of educational institutions, especially private ones, in the country began in 1990 and has raised many criticisms, as even with this expansion, these institutions fail to offer quality and equitable education to the entire society. Therefore, we will conduct a literature review, analyzing books, articles published in specialized education journals, and the Internet. This study is justified by the considerable increase in higher education institutions in Brazil in the last two decades, but the precariousness of this education has been observed, which is in disagreement with the official discourse that these institutions should be guided by quality and equity in the education they offer to society. In light of this situation, we conclude that the concern of a large part of higher education institutions, especially those that have expanded into the interior of Brazil, has focused on the number of enrolled students who can afford their tuition rather than the quality of the education offered, thus compromising the quality of education.

¹ Possui graduação em Ciências - Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2005), Especialização em Matemática pela Faculdade do Noroeste de Minas (2011) e Bacharel em Direito pela Universidade de Rio Verde - Campus Caiapônia (2013). Atualmente é Coordenadora Pedagógica e Professora - Colégio Estadual Previsto de Morais. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, cursando Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad del Sol - UNADES - PY. E-mail: genianasantos@hotmail.com

Keywords: Higher Education. Interiorization. Precariousness. Privatization.

Introdução

A proposta de estudo do assunto Expansão das Instituições de Ensino Superior: Precariedade do Ensino Superior no Brasil revela-se importante diante do cenário econômico brasileiro que exige profissionais qualificados e capacidades para o mercado de trabalho, mas que também deve ser analisado sob o prisma da precarização em que o ensino superior se encontra no contexto da sociedade atual, buscando perceber como ocorrem essas relações no interior das instituições de ensino superior na qual estamos realizando a nossa análise.

Segundo Borges e Aquino (2018) houve um forte processo de mercantilização das relações sociais orientadas pelo ideário neoliberal nos países da América Latina e especialmente, o Brasil, absorveu essas ideias orientado pelo Banco Mundial.

A educação na concepção neoliberal assume um papel de cunho técnico, ou seja, voltado para a capacitação e qualificação e que atenda às demandas do capital, que nos dizeres de Marx (1980) em seu livro *O Capital* tornou-se um capital tóxico, que exige sempre mais do trabalhador, enquanto torna as relações e trabalho mais precários e não condizente com o discurso estatal, pois visa a formação com um objetivo imediato, inserir esses indivíduos muito rapidamente no mercado de trabalho, independente da qualificação profissional e até mesmo da formação técnica ou acadêmica.

Em se tratando no que se refere especificamente sobre o Brasil, está claro que as instituições de ensino superior vêm passando nos últimos anos por uma expansão, principalmente as instituições particulares que motivadas por esse pensamento neoliberal, expande seu mercado pelo interior, oferecendo cursos superiores que nem sempre condizem com a qualidade exigidas destes cursos, bem como as necessidades do próprio mercado capitalista.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) além da universidade, outras instituições como centros universitários, faculdades, institutos e escolas superiores e centros de educação tecnológica podem oferecer cursos superiores. Essa diversificação do sistema de ensino propiciou não somente a expansão para o interior do Brasil, bem como a criação de instituições por campos de saber, principalmente particulares, que cada vez mais estão presentes em cidades menores e com preços acessíveis para todos os públicos.

O artigo tem como objetivos analisar essa precariedade do ensino superior ofertado pelas instituições superiores no Brasil, em especial as instituições particulares que se expandiram para o interior oferecendo curso sem qualidade e seguindo o ideário neoliberal, ou seja, a cobrança de mensalidades (cursos particulares), ampliando cada vez mais as formas de mercantilização do ensino superior no Brasil, pois sabemos que a qualidade é duvidosa.

Para atingir esses objetivos, os procedimentos metodológicos, quanto a sua abordagem foi qualitativa, ou seja a descrição de dados a partir da análise do referencial bibliográfico utilizado na investigação e ao mesmo tempo possibilitando uma reflexão crítica sobre esse fenômeno que está ligado diretamente aos interesses do Estado e da sociedade civil, principalmente aos empresários do campo da educação superior e particular do país.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa foi bibliográfica, ou seja, análise e interpretação dos dados coletados nas diversas fontes utilizadas na pesquisa. Gil (2015) ressaltou que por meio do levantamento bibliográfico, o mais importante não é a quantidade de fontes encontradas abordando o assunto pesquisado, mas o levantamento de informações precisas e relevantes relacionadas ao tema da pesquisa, em quantidade razoável afim de que possa ser lida, interpretada e analisada pelo pesquisador, resultando na construção de um referencial teórico consistente.

O referencial teórico deste artigo está dividido em três partes principais: na primeira parte descreveu-se o surgimento das universidades no Brasil, destacando-se a expansão das instituições particulares, o que foi melhor delimitado na segunda parte deste artigo, quando essa foi analisada a partir das práticas neoliberais, quando houve uma mercantilização destas instituições de ensino.

A terceira e última parte colaborou para mostrar como a privatização, e interiorização contribuíram para a precariedade do ensino superior, num momento em que houve o aumento das instituições de ensino superior na mesma proporção em que também aumentou o ensino de má qualidade no Brasil.

1 Surgimento das Universidades no Brasil

As universidades brasileiras surgiram no início do século XIX, quando a elite brasileira sentiu a necessidade de oferecer o ensino superior, que naquele momento, só era oferecido pelas instituições europeias. Neste período, especificamente entre os anos 1500 e 1800, os filhos das famílias mais ricas se dirigiam à Europa para se qualificar e retornavam ao Brasil.

Assim, o surgimento das universidades no Brasil foi resultado da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, caracterizando-se pela fragmentação e fragilidade de sua estrutura didático-pedagógica. Stalliviere (2011) explicou que há uma grande diferença entre as universidades brasileiras e aquelas criadas em outros países americanos.

A principal diferença está no fato de que as universidades brasileiras são bem mais novas e foram resultados da necessidade de formação de mão-de-obra para um país que estava se expandindo, mas que priorizou as carreiras mais tradicionais, como por exemplo, Engenharia, Medicina e Direito. Além disso, as universidades brasileiras foram criadas nas cidades consideradas mais importantes para o Brasil na época, geralmente, as cidades maiores e mais ricas.

A primeira universidade brasileira foi criada no Rio de Janeiro, em 1920, seguida da criação de mais de 20 universidades no período compreendido entre 1930 e 1964. As universidades públicas começaram a ser criadas em 1934 e a primeira delas foi a Universidade de São Paulo, marcando a forte expansão do sistema público federal em relação à educação superior. No mesmo período surgiram também as universidades religiosas, principalmente católicas, particulares e confessionais.

Uma característica marcante destas universidades, segundo Stalliviere (2011), é que seus objetivos estavam centrados no ensino e não na pesquisa e extensão, como caracterizam as instituições de ensino superior na atualidade (chamado tripé: ensino, pesquisa e extensão) com objetivo de uma ampla formação social, política e acadêmica.

A partir de 1968, a reforma universitária proposta para reestruturação das universidades foi considerado um marco importante, caracterizando-se pela eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino (tripé: ensino, pesquisa e extensão). Em 1970 iniciou-se a expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil visando a capacitação de professores.

Outro marco fundamental nas universidades ocorreu a partir da década de 1990 com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior oferecida no país, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

Para Ristof (2008), a análise da universidade brasileira deve ser realizada a partir de dez itens: expansão, privatização, diversificação, centralização, desequilíbrio regional, ampliação do acesso, desequilíbrio de oferta, ociosidade de vagas, corrida por titulação e lento incremento na taxa de escolarização superior. Interessa neste artigo somente o primeiro item: expansão.

Sobre a expansão, “É de fundamental importância perceber que a expansão dos últimos

anos ocorreu principalmente pelo setor privado, que hoje representa 90% das instituições superiores no Brasil” (RISTOF, 2008, p.44). Esta tendência de expansão das universidades particulares tem se intensificado no Brasil e observa-se um grande número de instituições que se expandiram para o interior dos estados sem se preocuparem com a qualidade do ensino oferecido e muito menos em articular o tripé: ensino, pesquisa e extensão exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

2 A Expansão das Universidades no Brasil e sua Mercantilização

372

Ao realizar seus estudos sobre a expansão do ensino superior no Brasil Staliviere (2011) explicou que essa expansão é resultado do crescimento do número de matriculados no Ensino Médio, além das necessidades do mercado de trabalho que demanda profissionais capacitados e da interiorização das instituições de ensino superior que se materializaram através da oferta de cursos não apenas presencial, mas também à distância.

Outro trabalho que ajuda no entendimento sobre a expansão não somente das universidades, mas de outras e principalmente as faculdades particulares no Brasil foi publicado por Gentil (2017). Seu trabalho evidenciou que o processo de mercantilização da educação superior no Brasil iniciou no contexto dos anos de 1964 e caracterizou-se pela abertura para a iniciativa privada na oferta dos serviços educacionais e foi levada a termo pelo discurso da qualidade, facilidade e praticidade ditadas pelo neoliberalismo e suas políticas sociais propostas para os países latino-americanos.

Severino (2018) explicou que o estado neoliberal impõe a todos os países a minimização da participação do Estado, priorizando a lógica de mercado, o incentivo à privatização generalizada, a defesa do individualismo, do consumismo e competitividade e da iniciativa privada, também aplicada à educação, tornando o ensino ministrado por grande parte destas instituições precário.

Apesar dessa regulamentação ter permitido a expansão da educação superior no Brasil, Severino (2018) chama a atenção para o fato de que nem sempre os critérios utilizados para essa expansão foram condizentes com o discurso do governo federal de que as instituições deveriam oferecer um ensino de qualidade. A expansão propiciou principalmente a abertura de instituições de ensino superior privadas que tinham como objetivos muito mais a mercantilização (lucros) do ensino do que a preocupação com uma educação de qualidade e equitativa, ou seja, que abarcasse a sociedade num sentido geral; pelo contrário, percebe-se

claramente que as pessoas que adentram essas instituições são aquelas que podem pagar pela mensalidade (característica capitalista das instituições superiores de educação).

A mercantilização das universidades, como citado por Gentil (2017) iniciou-se em 1964 e partiu da premissa de que a iniciativa privada poderia oferecer um ensino com mais qualidade e de forma mais equitativa, oportunizando para mais indivíduos o acesso ao ensino superior. No entanto, o que se tem observado na prática é que a mercantilização das universidades, não só proporcionou a expansão destas, mas também fez com que aumentasse a precariedade do ensino superior.

Essa precariedade é resultado da falta de investimentos em infraestrutura, como por exemplo, salas de aula equipadas com recursos tecnológicos, acessibilidade, acervo atualizado da biblioteca (quando tem biblioteca), construção de laboratórios e material didático e pedagógico adequado.

Carvalho (2013) explicou que a mercantilização das universidades foi iniciada de fato em 1964, mas foi com a Reforma Universitária de 1968 que houve o incentivo para a criação das instituições de ensino superior isoladas, quase todas confessionais e, portanto, beneficiadas pela isenção de pagamento de impostos e com acesso aos recursos financeiros do governo federal.

Pode-se dizer que a precariedade das instituições de ensino superior iniciou neste momento em que o Estado passou a incentivar a criação das instituições particulares através de incentivos fiscais. Com o incentivo fiscal, houve uma expansão considerável das instituições isoladas, particulares, chamadas por Carvalho (2013) de instituições mercantis, perdurando até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

Percebe-se que após a LDB 9394/96 ficou oficializada a mercantilização, pois se instituiu os estabelecimentos de ensino superior lucrativos, ou seja, efetivou-se de fato, a mercantilização das instituições que antes eram chamadas de confessionais, comunitárias ou particulares e que foram autorizadas a cobrar mensalidades pelo oferecimento de seus cursos ou receberem oficialmente verbas dos governos federal, estadual e/ou municipal.

É preciso destacar também que a mercantilização do ensino superior não está restrita às instituições no Brasil. Para Kinser (2013) a tendência de mercantilização da educação é uma exigência do capitalismo e das consequências da globalização. Esse processo de mercantilização do ensino superior iniciou-se nos Estados Unidos e outros países, principalmente da América Latina também estão seguindo pelo mesmo caminho.

A dependência econômica de países como o Brasil aliado ao fenômeno denominado

globalização favorecem que os Estados Unidos influenciem na educação superior em diversos países, por meio de acordos e imposição dos princípios neoliberais de política econômica e também educacional. Essa influência estimula a expansão das instituições particulares de ensino sob uma pretensa diminuição do Estado nas questões sociais e educativas, com a argumentação de que o Estado não consegue manter as instituições públicas.

Uma das características desta mercantilização é que as instituições de ensino superior oferecem cursos mais voltados para a qualificação profissional, com ênfase nas tecnologias e voltados para o mercado de trabalho. Até mesmo as pesquisas são desprezadas e os projetos de extensão não chegam à comunidade. Este modelo de instituição superior se mostra bastante atraente, principalmente por atrair indivíduos mais velhos, oferecendo cursos de curta duração e poucas exigências.

As pesquisas de Nascimento (2010) constaram que até 1997 a mercantilização do ensino superior era incipiente, uma vez que eram poucas estas instituições no Brasil, mas partir deste ano, com orientação da política econômica formulada pela Organização Mundial do Comércio, o governo brasileiro estimulou a livre concorrência criando um ambiente favorável para as instituições particulares de ensino superior. Suas pesquisas mostraram um aumento significativo destas instituições, bem como a oferta de matrículas em seus cursos superando as matrículas de todas as instituições públicas brasileiras.

3 Privatização, Interiorização e Precarização do Ensino Superior

Os estudos de Jacob (2016) revelaram que essa mercantilização sob a forma de privatização é consequência do crescimento das instituições privadas com fins exclusivamente lucrativos e da abertura das instituições públicas ao mercado.

[...]a universidade, de produtora do conhecimento, transformou-se em uma organização social, abandonando a formação e a pesquisa para lançar-se no mercado competitivo, bem como subordinando a produção acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado impostas pelos financiadores (JACOB 2016, p. 85).

Não há dúvidas de que a mercantilização das universidades também provoca sua precariedade, uma vez que muitas instituições de ensino superior se instalam em pequenas cidades, sem infraestrutura adequada, cobram mensalidades por seus serviços, mas não há investimentos na mesma proporção para que o indivíduo tenha acesso a um ensino de qualidade.

Especificamente sobre a privatização das instituições públicas de ensino conta com a legitimação do governo que precisa corresponder às expectativas dos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio), cujas orientações se baseiam na redefinição das funções do Estado na área educacional.

Para Jacob (2016) a privatização no Brasil se faz com medidas como autorização da abertura de novas instituições privadas de ensino superior; autorização para ampliação de cursos nas instituições já existentes; expansão do financiamento estudantil (FIES)² e outros programas como o PROUNI³ e estímulo a educação à distância. Esta autora explicou que a partir de 2001 o Ministério da Educação promulgou a Portaria nº 2.402/2001 que estabeleceu condições para o aumento de vagas, sem autorização prévia.

Essa concessão às instituições é considerada arriscada para muitos pesquisadores em educação, pois esse aumento visa somente a visão capitalista que proporciona lucros para a instituição, sem levar em consideração a necessidade de investimentos na qualidade dos cursos ofertados.

Segundo Mancebo e Léda (2014) uma fonte de recursos para as instituições privadas de ensino superior são os cursos na modalidade à distância, pois se caracteriza pelo menor custo do que o ensino presencial, pois utiliza os recursos tecnológicos, como o computador e Internet para serem ministrados.

Desde que foram regulamentados através do Decreto nº 5.622/2005, as instituições de ensino superior privadas detêm a prerrogativa e autonomia para ofertar cursos e programas de educação superior nesta modalidade de ensino.

Assim, ficou constatada que a privatização e a precariedade do ensino superior no Brasil estão ocorrendo de forma legalizada através de incentivos fiscais e programas que estimulam cada vez mais a expansão das instituições particulares através de subsídios que se preocupam apenas com o aumento do número de vagas, sem que a preocupação se estenda à qualidade destes cursos ofertados.

Outro fator que deve ser levado em consideração na privatização e precariedade do ensino superior no Brasil é a sua interiorização. A interiorização das universidades e outras

² O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

³ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

instituições de ensino superior no Brasil é iminente. Desde meados dos anos 2000 está havendo uma política pública de expansão que se caracteriza pela interiorização das instituições que oferecem curso superior, sem levar em consideração critérios didático-pedagógicos e estruturais.

Gentil (2017) faz uma crítica contundente à interiorização dessa modalidade de ensino no país. Para esta autora, a legalidade dada pela Constituição de 1988, no seu artigo 209, expressando a possibilidade de investimento na educação privada e do artigo 2013 que autoriza investimentos estatais nas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, também reforçou a ideia de educação como um bem de consumo em detrimento do capitalismo e não como um direito de todo cidadão, deixando transparecer as influências do poder econômico sobre as políticas educacionais no Brasil.

O governo federal tem implementado as reformas neoliberais, causando o aprofundamento da relação de dependência do projeto de caráter monetário. Essa concepção, baseada no fundamento do liberalismo conservador, reduz a sociedade ao conjunto de consumidores, já que o indivíduo não se volta para a coletividade, mas para o mercado (GENTIL, 2017,p.28).

Isso quer dizer que diante deste contexto, a interiorização das instituições públicas de ensino superior está sendo marcada pela implementação de reformas no espaço público para adoção de práticas neoliberais privilegiando o espaço privado, para expansão do ensino superior.

Ao discutir sobre a interiorização e precariedade do ensino superior no Brasil, Sampaio (2016) constatou que a interiorização dos estabelecimentos de ensino superior tanto privados quanto públicos está condicionada aos elementos imediatos da demanda social e que se orienta no sentido da obtenção apenas do diploma e no qual a qualidade da formação não é prioridade e a pesquisa e extensão são relevantes.

Outra constatação de Sampaio (2016) é que houve uma ampliação de indivíduos que encontravam dificuldades para acesso a curso superior, principalmente no interior, por outro lado, a baixa qualidade dos cursos oferecidos provocou sua precariedade.

É preciso destacar também que a precariedade das instituições de ensino superior está intimamente ligada à falta de qualidade, professores despreparados, problemas de infraestrutura e incentivo aos programas de pesquisa e extensão. Apesar da LDB 9394/96 exigir uma habilitação mínima para atuação dos professores de ensino superior, algumas instituições de ensino, principalmente particulares não obedecem a legislação, ou seja, de imediato, contratam professores com a habilitação exigida, mestrado e/o doutorado, mas permanecem com esses

professores por um tempo limitado, substituindo-os por professores com uma titulação mais baixa.

Percebemos que a qualidade das instituições de ensino superior é de baixa qualidade apesar das mensalidades cobradas por elas. Para diminuir ainda mais seus custos, muitas instituições particulares passaram a oferecer seus cursos na modalidade à distância, criando polos sem infraestrutura adequada. Grande parte destes polos oferecem apenas a sala de aula com televisores e não desenvolvem programas de extensão com a comunidade ou outras ações envolvendo os acadêmicos e a sociedade.

Assim aconteceu com a expansão de várias outras instituições de ensino privadas do país que se instalaram em cidades do interior sem um mínimo de estrutura de funcionamento. No oferecimento dos cursos superiores na modalidade à distância estas instituições se preocupam apenas com a instalação de uma sala de aula com televisão e/ou computadores mal preparados ou que não tem formação mínima exigida para atuação em sala de aula ou qualificação para ministrar aulas à distância, fomentando a precariedade do ensino superior no Brasil.

Destarte, a expansão das instituições de ensino superior no Brasil, segundo Magalhães (2009) provocou a precariedade desta modalidade de ensino, principalmente nas instituições do interior. Os fatores já elencados creditam essa precariedade às políticas públicas educacionais direcionadas por mecanismos internacionais como o Banco Mundial, que fomenta as relações da sociedade com as instituições a partir da concepção do capital e do lucro, em detrimento de um projeto de educação superior de qualidade.

Considerações Finais

A partir das obras utilizadas para construção deste artigo ficou constatado que a privatização das instituições de ensino superior no Brasil ocorreu a partir das políticas públicas que incentivaram a expansão das instituições, mas que não se preocuparam com a qualidade dos cursos oferecidos.

Neste sentido, ficou constatado neste artigo, a precariedade do ensino ministrado pelas instituições de ensino superior, principalmente aquelas que se instalaram no interior do país, não se preocupando com infraestrutura, pesquisa e extensão e qualificação do professor, ainda que a LDB 9394/96 exija uma formação mínima para que o professor possa atuar nesta modalidade de ensino.

Mesmo com um instrumento de avaliação (SINAES) as instituições que oferecem seus cursos no interior não se preocupam com a qualidade do ensino e seus critérios para instalação no município, em grande parte, correspondem apenas a critérios políticos (incentivos dos gestores) e nem sempre por critérios que privilegiam a qualidade e a equidade do ensino oferecido, fomentando ainda mais a precariedade das aulas.

Em nome de um capital sem limites, tóxico e do processo globalizante e neoliberal presente no Brasil, as instituições de ensino superior, que nos últimos anos expandiu-se pelo interior do país não se preocupam em oferecer um ensino de qualidade, mas em defesa do lucro, seu ensino sobrepõe-se aos requisitos mínimos para seu funcionamento, como infraestrutura adequada, espaço para laboratórios e biblioteca e professores qualificados.

Portanto, a conclusão a que chegamos é que apesar da expansão das instituições (de ensino superior) pelo interior do país promovendo o acesso aos cursos superiores, ainda há muito o que ser melhorado e oferecido por estas instituições, evitando que se tornem mais precárias.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Revista Educação: Teoria e Prática**, São Paulo, v.22, nº 39, jan./abr. 2018.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96**. Brasília: Gráfico do Senado, 1996.

CARVALHO, Cristina Helena de Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, nº 54, 2013.

CORREIA, Paulo; SÁ, Susana. Liderança do Diretor Escolar e sua Relação com o Clima Organizacional. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 29, jan./mar. 2021. ISSN 1809-1628. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1525/1116. Acesso em: 20 de mai.2023.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 10, p. 199-203, mar. 2007 . Disponível em . Acessos em 05 jun. 2023.

DEMO, P. Aprender com suporte digital- Atividades autorais digitais. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 25, p. 10-94, jul./set. 2020. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1284. Acesso em: 04 mai. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 8.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2015.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso à educação superior pública: O caso da Unipampa.** 285 f. 2017. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; GONÇALVES, Ailton de Souza. Impactos da inteligência artificial e das tecnologias de informação e comunicação sobre a atuação do professor de ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da Covid-19. *In: SALARDI, Silvia ; SAPORITI, Michele; ZAGANELLI, Margareth Vetis Diritti umani e tecnologie morali* Una prospettiva comparata tra Italia e Brasile. Milano: G. GIAPPICHELLI EDITORE – TORIN, 2022. p.83-93.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SÍVERES, Luiz. A Relevância da Pesquisa na Formação Inicial de Professores. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 22, p. e7250, mar. 2020. ISSN 1983-7771. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7250/4682>. Acesso em: 04 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v22i1.7250>

JACOB, Vera Lúcia Chaves. **O público e o privado na educação superior brasileira: a privatização da universidade pública.** Brasília: Líber Livro, 2016.

KINSER, Kevin. **Mercantilização da educação.** Revista Brasileira de Educação, v.18, nº 54, 2013.

MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás: O programa Bolsa Universitária e o custo do aluno.** 218 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MANCEBO, Daise; LÉDA, Denise Bessa. **A Privatização e a Educação Superior no Brasil: Impasses e Desafios das Políticas Educacionais no Estado Neoliberal.** Revista da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2016. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-desafios-das-politicas-educacionais-n.pdf. Acesso em: 18/10/2020.

MARX, Karl. **O Capital: livro 1.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

NASCIMENTO, Samuel Pontes do. **Mercantilização do ensino superior brasileiro: análise da política econômica privatizante em face da constituição de 1988.** 108 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) PUC-Minas.

RISTOF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à

democratização. In: BITTAR, Mariluce. **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Inep 70 anos, v.2).

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro**, 1808-1990. Revista Nupes, São Paulo, v.2, nº 13, jan./jul. 2016.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. In: **ALTUS CIÊNCIA**. ISSN 2318-4817. vol. 17, jan./jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7897607. Disponível em: <<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/135>>. Acesso em: 05 de jun.2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O ensino superior brasileiro**: novas configurações e velhos desafios. Revista Educar, Curitiba, nº 31, 2018.

STALIVIERE, Luciane. **O sistema de ensino superior no Brasil**: características, tendências e perspectivas. 2011. Disponível em:http://arquivos.info.ufrn.br/.../Stallivieri_-_O_Sistema_de_Ensino_Superior_do_Brasil.pdf. Acesso em: 15/10/2020.